

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES



POLÍTICA PROLETÁRIA E SINDICALISMO



CADERNOS DE DEBATE - 3

POLÍTICA PROLETÁRIA
E SINDICALISMO

Título: **Política proletária e sindicalismo** - Cadernos de
debate 3

Autor: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Data da edição: Agosto de 2021

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

POLÍTICA PROLETÁRIA
E SINDICALISMO

LISBOA, 2021

INSTALA-SE UMA DEFORMAÇÃO NO MARXISMO

A polémica interminável em torno da necessidade de resposta flexível às conjunturas, que tem servido de bandeira sucessivamente a todos os camaradas arrastados para posições de direita, esconde uma posição de classe que é preciso pôr a claro. Transcrevo duas passagens da carta que enviei ao CC [do PC(R)] em Abril:

ALTERNATIVAS – PARA QUEM?

Para a massa proletária e semiproletária intervir na política por sua conta, ou para abrir espaço entre as massas pequeno-burguesas? Inserir-se vivamente na “conjuntura” é adoptar procedimentos que impulsionem a intervenção política independente das massas operárias e semiproletárias, ou é procurar crédito junto da intelectualidade, do funcionalismo e quadros, dos partidos e forças da pequena burguesia? “Fazer política de grande partido” é forjar um grande partido operário revolucionário que arraste atrás de si as massas inter- médias ou é ceder no vigor revolucionário da luta, na esperança de ganhar maior amplitude?

O que está em discussão no Partido, de há vários anos para cá, não é a aceitação ou a recusa das flexões tácticas mas o ângulo de classe em que as encaramos. E isto nem a direita nem o centro no CC o podem admitir, porque seria confessar que se desviam do alinhamento proletário revolucionário. A verdade, já vinte vezes verificada, é que os direitistas no Partido rejeitam soberanamente as flexões, alternativas e manobras tácticas que não lhes parecem capazes de suscitar o interesse e a confiança da pequena burguesia, acusam-nas de conter “verdades gerais”, “rigidez”, “agitativismo” – porque tudo aquilo que é dirigido às necessidades revolucionárias do proletariado e das massas pobres lhes parece “demagógico”, “irrealista”, “sem poder mobilizador”, etc. Os direitistas sentem sempre dolorosamente a falta de uma alternativa “ajustada e imediata” para qualquer conflito secundário entre partidos burgueses, mas não querem saber da falta de dezenas de alternativas ajustadas às interrogações que se colocam diariamente às massas proletárias. Esta é a verdade singela que se esconde por detrás da vozeria sobre os “desdobramentos conjunturais”.

QUE É DOS POBRES?

O CC é incapaz de traçar um plano de batalha sindical porque receia encarar o trabalho sindical na sua verdadeira dimensão de luta de classes dentro das empresas. Porque receia reconhecer que a luta reivindicativa contra o patronato só toma um cunho revolucionário se for apoiada na luta dos sectores proletários mais explorados e combativos contra as camadas auxiliares do patronato dentro da empresa: aristocracia operária, burocracia sindical, quadros, chefias.

Desde que há 60 anos o 3º Congresso da Internacional chamou os comunistas a *“conduzir o grosso da massa operária mais oprimida e empobrecida ao combate contra a resistência da aristocracia operária”*, a burguesia teceu mil novos fios na teia de subjugação da massa operária nas empresas, fez engordar toda uma camada intermédia que funciona como o típico moderador pequeno-burguês da revolta operária, que serve de amortecedor ao choque entre o proletariado e o patronato, faz-se passar por porta-voz dos trabalhadores, serve de mediador nas negociações, conduzindo-as às conciliações, corrompe a consciência dos operários, etc. Aumentam sem cessar as exigências que se colocam aos partidos comunistas para libertarem, no decurso da luta económica, a energia revolucionária da massa proletária do laço em que a estrangulam os auxiliares do patronato.

Perguntamos então: onde estão as nossas denúncias diárias, vivas, da exploração capitalista na empresa, da extorsão da mais-valia aos produtores? Onde está feita a demarcação entre os interesses da massa proletária e os interesses dos quadros na empresa? Onde está denunciado o parasitismo, os privilégios, do patronato e dos seus auxiliares? Por que é que não surgem na nossa imprensa cartas operárias relatando exemplos concretos de exploração capitalista, arbitrariedades e abusos da burguesia? Por que é que os nossos balanços das lutas reivindicativas são incapazes de mostrar, através do comportamento de cada camada no decurso da luta, os interesses de classe em confronto na empresa? Por que é que não aproveitamos *“os clarões de consciência política que a luta económica faz penetrar no espírito dos operários”* (Lenine, tomo 5, pág. 425) para pôr em causa continuamente e frontalmente o direito da burguesia à propriedade privada?

A verdade é que a voz da revolta dos explorados contra os exploradores soa muito fraca no nosso Partido. O *“vigor proletário revolucionário”* vai passando pouco a pouco da vida real para as frases das resoluções. A orientação do 2º Congresso para voltar o Partido para *“as camadas mais exploradas e por isso mais combativas do*

proletariado” (p. 75), como condição para lhe dar uma sólida base de classe, caiu no esquecimento. Na linguagem do Partido deixa de palpitar o sofrimento e o desejo de mudança dos pobres. A sensibilidade vai-se perdendo, a ponto de misturar a cada passo as lutas dos assalariados com as dos professores, funcionários e bancários, porque todas são “lutas por melhores condições de vida”.

Chega-se ao ponto de, numa recente *Folha contra a carestia*, triste papel que nos envergonha, se juntarem lado a lado as queixas de uma operária que ganha 8 contos com as de um técnico que diz que 40 contos não lhe chegam. Deve sair daí boa luta contra a carestia! Porquê esta camada de cinza que vai abafando o pulsar do espírito proletário revolucionário? Porque se deu lugar no CC a conceitos obscuros, que consideram “obreirismo estreito” e “anarco-sindicalismo” a expressão viva do antagonismo dos produtores contra os parasitas. Por que se instala uma deformação no marxismo, já em tempos introduzida no antigo PCP, que canaliza o protesto dos explorados de forma a pôr em causa a política de um ou outro governo e não o regime capitalista no seu todo? Porque se infiltra a ideia de que a luta económica do proletariado não deve afectar nem denunciar os privilégios dos sectores intermédios para não prejudicar a “unidade dos trabalhadores”.

Uma teia invisível está a envolver a política do Partido na frente económica e sindical: a lenta ascensão dos pontos de vista dos operários especializados, do funcionalismo e sectores intermédios, a quem apenas interessa vender a sua força de trabalho em melhores condições e não dar à luta económica um cunho explosivo, porque os seus interesses de classe apontam para reformas no sistema e não para a revolução.

A política sindical do Partido está a ser degradada pela mesma atitude que se revela em todos os terrenos da nossa actividade a desconfiança e a aversão ao espírito operário revolucionário, alcunhado de “radicalismo”, a desistência da hegemonia do proletariado, a obsessão centrista por harmonizar e meter no mesmo saco o proletariado, as camadas intermédias e a pequena burguesia, a recusa a compreender que uma aliança entre estas forças ou é forjada sob impulso da luta operária revolucionária ou se torna um instrumento de subjugação do proletariado à burguesia.

(Tribuna do Congresso, *boletim interno de debate para o 4º Congresso do PC(R)*, nº 10, 6 Novembro de 1982)

CORRENTE SINDICAL DE CLASSE

Apesar dos esforços abnegados de tantos dos nossos camaradas na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e da justeza da nossa denúncia da colaboração de classes praticada pelos revisionistas, a influência sindical do nosso Partido continua a ser diminuta. As causas devem ser procuradas não apenas nas dificuldades da situação, que são reais, mas naquilo que de nós depende, na orientação do nosso trabalho sindical.

Não pode ser escamoteado o facto de que o Partido não vê como, quando e onde surgirá uma forte corrente sindical revolucionária e que é essa falta de perspectivas que alimenta tanto a apatia e a conciliação de grande número de camaradas face ao sindicalismo reformista do PCP, como as propostas desesperadas a inventar uma nova central, sem o mínimo de condições para tal. O Partido não vê no horizonte nenhuma esperança de vitória da corrente sindical revolucionária nem vê o caminho para lá chegar.

A forma como foi conduzida pelo CC a luta contra o “esquerdismo” sindical de 1975-76, a viragem indispensável para a acção no seio da CGTP, a participação nas suas manifestações de rua, etc., feitas sem um programa claro de acção sindical, começaram a produzir em 1978, a par das tradicionais manifestações sectárias e isolacionistas, sintomas preocupantes de conciliação com o revisionismo. Foi nestas condições que surgiu o novo curso da nossa acção sindical, cuja linha orientadora é a descrença na possibilidade de edificarmos uma corrente sindical independente, a busca de uma solução mais modesta, ou seja, de nos associarmos com outras forças políticas (MES BASE/FUT, UEDS, etc.) para a criação de um centro sindical. Assim nasceu o Centro “O Trabalho”, definido agora mais uma vez no informe do CC como o ponto de apoio da nossa acção sindical. Qual é o balanço deste centro?

Segundo o camarada Luís Costa, na 26ª Reunião Plenária do CC, de Setembro de 1981, o centro é uma “*organização ampla, unitária e revolucionária*”, que “*aproximará da política revolucionária amplos sectores que não perfílham as ideias do comunismo*”. Mas a realidade é diferente. O Centro não nasceu para fazer política sindical de massas. Não tem uma plataforma para a luta sindical, não lança apelos à classe operária, não lhe dá directivas para as suas lutas económicas, não as

organiza. Não se define sequer quanto à luta entre CGTP e UGT. Está politicamente paralisado pelo equilíbrio de tendências no seu interior, pelos acordos de cúpula que deram a maioria na sua direcção central e, em Lisboa, aos agrupamentos associados. Não é um órgão para a acção sindical revolucionária, capaz de disputar a hegemonia aos revisionistas, tirar todo o partido das vantagens que nos dão as nossas propostas combativas em confronto com a conciliação dos chefes da CGTP.

O Centro é um viveiro de oportunismo sindical. Foi concebido pelos grupos reformistas a que nos associámos como um trampolim para poderem negociar e regatear com a cúpula da CGTP, obter um lugar na partilha do controle burguês sobre a central sindical. É completamente alheio ao projecto revolucionário de conquista do movimento sindical, pela base, para as nossas posições. É esta, sem liris-mos, a realidade quanto ao Centro “O Trabalho” que temos ajudado a edificar. Desminta-a quem puder.

Argumenta-se por vezes que a participação no Centro não impede o Partido de defender as suas próprias posições para o movimento sindical. Mas é um argumento que levanta muitas perguntas: é ou não certo que as posições do Partido na questão sindical não chegam à classe apenas por intermédio do *Bandeira Vermelha* e precisam de ser amplificadas através de uma estrutura sindical ampla, autónoma do Partido, mas dirigida por ele? É ou não certo que, desde a III Internacional, sempre foi tarefa essencial dos partidos comunistas a criação de uma estrutura sindical revolucionária, para actuar dentro dos sindicatos dominados pelos reformistas? É ou não certo que a disputa da classe ao revisionismo precisa de se apoiar num programa sindical revolucionário largamente popularizado entre as massas? É ou não certo que os justos acordos pontuais com diversas correntes sindicais (FUT, UEDS, mas também PCP, PS, etc.) para concorrermos organizados em certas listas comuns contra a direita, promover esta ou aquela iniciativa conjunta, não devem substituir-se à nossa acção e organização sindical independente?

Afirmei na carta que em Abril entreguei ao CC que a oscilação constante entre posições sectárias e posições conciliadoras e seguidistas, que não deixa ganhar envergadura à actividade sindical dos comunistas, resulta da recusa dos congressos anteriores e do CC a dotar o Partido de um plano de batalha contra o reformismo no movimento sindical.

As linhas gerais desse plano de batalha são assim resumidas nessa minha carta:

1. As células do Partido deveriam promover a criação de núcleos sindicais revolucionários nas empresas para a intervenção na luta reivindicativa e sindical. A estes núcleos, animados e orientados pelos comunistas mas autónomos do Partido, deveriam ser chamados operários combativos sem partido, do PCP, do PS, etc.; assim os núcleos se tornariam uma escola para os nossos camaradas vencerem o sectarismo e aprenderem a aplicar no dia-a-dia uma política de frente única proletária.
2. Como porta-voz dos núcleos sindicais, o Partido deveria apoiar por todos os meios a publicação de um jornal operário consagrado à luta contra a exploração e o reformismo, com noticiário das empresas, directivas para a acção sindical de classe, etc. Este jornal, vinte vezes mais necessário do que o *Em Marcha*, poderia preencher rapidamente um espaço que está vazio no movimento operário.
3. À medida que se multiplicassem os núcleos sindicais de empresa e se afirmasse a sua acção como a esquerda operária da CGTP, poderia passar-se à tarefa da sua gradual articulação em secretariados locais, regionais, etc., fazendo aparecer a estrutura de apoio a uma futura central sindical revolucionária, quando o desenvolvimento da luta contra o revisionismo acabasse por forçar os caciques do PCP à cisão do movimento, como já no passado aconteceu em diversos países.

Penso que o CC deveria pronunciar-se acerca desta proposta, que não foi inventada por mim mas se baseia na experiência do antigo PCP e de outros partidos comunistas. Creio que ela daria a base para uma grande expansão do nosso trabalho sindical e da nossa influência na classe operária, colocando os revisionistas na defensiva. Ela permitiria por outro lado corrigir a situação actual, em que as nossas células de empresa se transformam pouco a pouco em órgãos sindicais, em vez de serem como lhes compete órgãos políticos comunistas, órgãos de acção política, de agitação e propaganda revolucionária no seio da classe operária. A organização da corrente sindical revolucionária é um passo essencial para implantar o Partido no proletariado e para elevar o papel do Partido como vanguarda revolucionária.

(Tribuna do Congresso, *boletim interno de debate para o 4º Congresso do PC(R)*, nº 7, 18 de Outubro de 1982)

INTERVIR PARA MUDAR DE VIDA

No actual quadro da ofensiva burguesa, o movimento operário continua a recuar. As lutas de resistência que vai travando são respostas imediatas em defesa do salário e do emprego contra os ataques mais brutais do patronato e do governo.

Desiludidos e amargurados, os trabalhadores sentem que são as vítimas dessa ofensiva mas, sob o peso dominante do reformismo, não vêem no regime a causa da sua situação.

Agrava-se na classe operária a crise política e de confiança nas próprias forças. O sindicalismo paralítico da CGTP perde apoios, os trabalhadores desmobilizam-se, as lutas perdem envergadura. Os quadros e empregados da UGT, apoiados nos favores do governo e dos patrões, conseguem assim ganhar algum ascendente e colher frutos da descrença dos trabalhadores na CGTP.

Há muito que não chegara tão baixo o interesse das massas pela política, a convicção de que valha a pena intervir para mudar de vida.

Contudo, não haverá discursos demagógicos ou cargas políticas, arranjos de governo ou promessas de prosperidade pela CEE, que consigam esconder a brutalidade da exploração, travar os efeitos das contradições estruturais do capitalismo, ou amenizar a luta de classes.

O desenvolvimento da ofensiva burguesa provocará o desenvolvimento das contradições de classe, o que levará o movimento operário e popular a uma nova fase da sua luta. Sob a apatia e desorientação das massas, novas crises económicas e políticas do regime surgirão inevitavelmente.

O que faz a importância das crises que se aproximam é que nelas não será já o fascismo a ser julgado, mas sim o regime democrático burguês instituído em 25 de Abril.

Se os comunistas souberem despertar a vigilância dos operários, e conduzi-los à luta, apoiados nas experiências mais positivas criadas em 1974-75, o regime pode encontrar-se em dificuldades.

Não chegará só prometer liberdade e cumprir tarefas democráticas gerais. Vai ser preciso explicar como pode haver liberdade e bem-estar para os trabalhadores sem acabar com a liberdade do Capital. Vai ser o capitalismo e todas as classes exploradoras que serão julgados.

Mas, para darem à questão do regime a resposta que ela vai exigir, os operários têm que compreender, antes de mais, por que se desfizeram em fumo as grandes esperanças de 1975.

*(Teses de FMR submetidas à I Assembleia da Organização Comunista
Política Operária, 1985)*

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO GERAL DA OCPO*

(...) Não temos dado quaisquer passos para a construção da corrente sindical revolucionária, decidida no encontro de Junho. Muitos camaradas não têm qualquer actividade de massas e aqueles que a têm não recebem apoio organizado para a desenvolver. Os núcleos reúnem mal ou mesmo não funcionam e não têm vida política própria. O nível de militância da maioria dos camaradas é quase nulo, fazendo recair sobre um pequeno núcleo quase todo o esforço de edição da revista [Política Operária] e de levantamento da empresa [aparelho técnico da OCPO], assim como as mais variadas pequenas tarefas. Nos últimos meses, houve apenas um recrutamento e 3 camaradas pediram a demissão, enquanto outros procedem como se não tivessem assumido compromissos organizativos, umas vezes alegando impedimentos familiares e profissionais, outras vezes deixando simplesmente de aparecer. Tende a aumentar o montante das quotas em atraso.

Esta situação de crise ficou retratada na Assembleia de 14 de Setembro. (...) O acordo geral manifestado acerca da tática eleitoral deixou na sombra a questão que era mais urgente discutir: razões da perda de militância de bastantes camaradas e maneira de a ultrapassar. Como não foram francamente atacadas as dificuldades existentes, prevaleceu um espírito de conciliação e ausência de crítica e autocrítica, não se criando garantias para uma intervenção política convicta.

Para a direcção, é fora de dúvida que se não se invertesse rapidamente o curso da nossa vida colectiva, a OCPO [Organização Comunista Política Operária] correria o risco de estiolar num pequeno grupo editor da revista, isolado da classe operária, e acabaria por se desagregar. Não podemos convencer-nos de que a revista se torne

* OCPO - Organização Comunista Política Operária, nascida da cisão pela esquerda de um grupo de militantes do PC(R) - Partido Comunista (Reconstruído) que se reviam na crítica de Francisco Martins Rodrigues à linha do seu partido, ao 7º Congresso do Internacional Comunista e à corrente dita marxista-leninista, nas suas derivações maoísta e albanesa.

um remédio milagroso para a crise da organização. A propaganda e agitação através da revista é o nosso pilar ideológico, como foi definido na Assembleia de Março, mas tem que ser obrigatoriamente completada por uma actividade prática política e sindical, ligada às massas operárias e populares, assente numa sólida organização comunista. Se isto não fosse conseguido não haveria nenhum avanço em direcção ao Partido Comunista que pusemos como nosso alvo.

A degradação da situação organizativa resulta da atitude conciliatória da direcção face às tendências liberais, à descrença e ao desencorajamento de diversos camaradas, permitindo-lhes que alastrem a toda a organização. Isto revela falta de vigilância política e de firmeza, na medida em que, desde as primeiras reuniões preparatórias, em Dezembro do ano passado, se tornara evidente a falta de convicção dum certo número de camaradas, que se encostaram ao projecto da OCPO apenas para “ver o que dava” e já sem grandes convicções revolucionárias. Impunha-se uma firme actividade militante, estimulada a partir do centro, a fim de ganhar todos os que pudessem ser ganhos e para separar o trigo do joio, isto é, os que saíram do PC(R)* pela esquerda dos que o abandonaram pela direita. Esse trabalho nunca foi empreendido pela direcção, que preferiu contemporizar para não ferir susceptibilidades e fechou os olhos aos sintomas crescentes de desagregação, esperando sempre que os camaradas em crise se curassem espontaneamente. (...)

(...) não há razões para rever os princípios adoptados na Assembleia de Março acerca de uma ampla democracia interna e do apelo a iniciativa dos militantes e núcleos, em ruptura com o estilo controleirista e ultracentralizador do PC(R). (...) esses princípios não podem ser instituídos através de uma atitude passiva, liberal e de deixa-andar. Exigem energia crítica, intransigência ideológica, exemplo e estímulo da própria direcção, antes de mais.

O alastramento desagregador da ofensiva burguesa na nossa sociedade, a crise de confiança e combatividade do movimento operário, a distância que ainda nos separa do objectivo de construir uma corrente de ideias marxista-leninista e um Partido Comunista autêntico exigem uma grande tensão de esforços, firmeza, empenhamento na acção, ligação à classe operária. Nunca chegaríamos à meta se nos

* *Partido Comunista (Reconstruído) criado em 25 de Novembro de 1975, agrupando a generalidade da corrente maoísta de esquerda, e que em 1978, após a cisão do Partido do Trabalho da Albânia com a China, renunciou ao maoísmo e (oficialmente) à teoria dos três mundos.*

conformássemos a uma organização desarticulada de “fala-baratos” mais ou menos em crise.

Tendo em conta esta apreciação global da situação, a direcção tomou as seguintes decisões, para que pede o apoio de todos os camaradas:

- 1º Reforçar o seu secretariado, dotando-o de maior poder executivo junto da direcção e dos núcleos e alargando o seu prazo de funcionamento (...) pelo menos até à próxima Assembleia.
- 2º Responsabilizar o secretariado (...) por medidas práticas para começar a dar corpo à corrente sindical, por forma a que na próxima Assembleia possa dar contas da sua acção neste campo.
- 3º Levar à consideração dos núcleos a verificação dos seus membros, no sentido de definir todas as situações pouco claras, passar à condição de simpatizantes os camaradas que assim o desejarem e submeter a deliberação da próxima Assembleia, de acordo com os Estatutos, a exclusão dos membros que entretanto não satisfaçam as condições estatutárias (desempenho de tarefas, participação nas reuniões, pagamento de quotas).
- 4º Libertar o camarada FMR das funções de secretário que sempre tem na prática desempenhado, permitindo-lhe consagrar-se (...) às suas outras tarefas de direcção.
- 5º Suspender temporariamente a edição da *Tribuna Comunista*, tendo em vista o seu reinício logo que esteja regularizada a situação organizativa e a militância. (...)

(Informação-circular à OCPO, redigida por FMR, 1985)

LIGAR A TEORIA À PRÁTICA

A atitude a tomar perante o Encontro Sindical de Classe promovido pelo PC(R) e perante a manifestação de 25 de Abril suscitou debate e algumas divergências nas nossas fileiras, inclusive na direcção. Diversos camaradas manifestaram-se contra a participação nessas iniciativas. O seu argumento principal era de que, faltando-nos uma plataforma política e sindical clara, corríamos o risco de servir de força de apoio ao centrismo e ao revisionismo, nem obtermos qualquer proveito. Argumentou-se também que não teríamos espaço para nos demarcarmos, pois, se assumíssemos as nossas posições de princípio nessas acções, teríamos que enfrentar hostilidades, choques e uma reacção sectária dos trabalhadores enganados, acabando por ser marginalizados, devido à nossa pequenez.

É claro que há alguma verdade nestes argumentos. Mas eles reflectem, em minha opinião, sobretudo falta de vigilância contra o perigo de nos tornarmos uma seita se não nos apoiarmos no movimento real das massas, uma incompreensão de que a nossa actividade na etapa actual deveria ser só de propaganda, uma ideia de que a ruptura de esquerda que fizemos significaria “nenhum compromisso”.

Estas ideias são prejudiciais. A verdade que já está vista é que a nossa ausência do Encontro Sindical de Classe facilitou à direcção do PC(R) vitalizar-se (mesmo que só temporariamente), capitalizando para si o descontentamento da ala esquerda do movimento sindical, com as suas palavras de ordem mais radicais do que as do PCP. Só a presença aí dos comunistas teria permitido pôr a nu a duplicidade e a parlapatice dos chefes centristas do PC(R).

Poderíamos perguntar-lhes por que só agora se resolveram a levar à prática aquilo que desde o 4º Congresso vínhamos reclamando, porque deixaram cair sorrateiramente a sua palavra de ordem acerca do centro “O Trabalho”*, como encaram a relação entre trabalho na

*O Centro “O Trabalho” resultou da dissolução da corrente sindical de esquerda agrupada em torno do jornal *Tribuna Operária*, constituída no PC(R), sob a acusação do CC de a corrente querer ser um “partido sindical paralelo” e de ter uma concepção “obreirista” e sectária do trabalho de massas. A partir de 1978, por decisão do CC do PC(R) o trabalho sindical passou a ser enquadrado pela UDP (a “frente de massas do partido”) a fim de facilitar as negociações no seio da CGTP para ser reconhecida como uma tendência na central sindical.

CGTP e na UGT, e o que pensam da palavra de ordem da Greve Geral. Etc.

A nossa presença no Encontro Sindical ter-nos-ia permitido estar presentes nessa corrente que existe (embora alguns camaradas teimem em negá-lo) e lançar pontes para uma intervenção mais organizada no futuro.

Devemos estar atentos a esta questão do movimento de massas. A concentração de esforços no lançamento da revista e nos temas de estudo não deve servir para abrir campo a qualquer tendência de retirada do movimento de massas, ou de alheamento teoricista das questões concretas que preocupam a classe operária. Isso seria uma fonte de desvios e poderia tornar-se na fase actual um foco de oportunismo nas nossas fileiras. Há cinco meses, a nossa luta principal era para nos decidirmos a lançar uma revista de crítica marxista como centro do nosso projecto. Havia incompreensões a esse respeito. Agora, quando essa tarefa está em andamento temos que estar atentos ao perigo de nos desinteressarmos do movimento real.

O nosso campo de intervenção política e sindical é muito modesto nesta fase da nossa existência. Mas temos a obrigação de o ocupar, na medida das nossas forças. Só assim ligaremos a teoria à prática.

A direcção decidiu na última reunião convocar para 12 de Maio um encontro dos activistas operários e sindicais, aberto a todos camaradas, para um debate sobre esta Frente de luta. Penso que se impõe nesse encontro uma autocrítica da direcção pela fraca convicção que pôs na presença no encontro Sindical de Classe.

(Texto publicado no Boletim Interno nº 2 da OCPO, Abril de 1985, inédito)

ACTIVIDADE SINDICAL

Desde o início que a OCPO tem procurado, em conjunto com o trabalho de propaganda do marxismo, desenvolver actividade sindical nas empresas para não perder contacto com o movimento operário.

Tentámos participar no primeiro encontro da corrente sindical de classe do PC(R). Participámos, a nível de eleições sindicais e CTs, com listas nos SNTCT, Cel-Cat, Indep, CP, STCP, e tentámos formá-las na Sorefame, Cel-Cat (para a CT), J. B. Cardoso e Cometna (a saída de um camarada impossibilitou a apresentação de lista).

Realizámos um encontro sindical em Junho de 85 que lançou seguintes perspectivas de trabalho:

- a) crítica às correntes reformistas dominantes;
- b) análise a experiência de luta e situação da classe operária;
- c) elaboração de uma linha sindical revolucionária;
- d) criação de núcleos sindicais e edição de folhas de empresa.

Participámos no 1º de Maio com palavras de ordem próprias e noutras realizações da CGTP; mantivemos um porte de vanguarda nas empresas e abordámos os problemas do nosso trabalho em debates ou palestras (Cometna, CTT, Indep, STCP).

No entanto, o nosso trabalho sindical não teve grandes avanços. Os resultados conseguidos são fruto de esforços individuais e não se concretizaram as perspectivas saídas do encontro sindical. Inclusive, teve que se adiar o 2º encontro de Novembro de 85.

Sem conseguirmos edificar e alargar a corrente sindical de classe e dar perspectivas globais de trabalho, as nossas forças têm-se debilitado e alguns camaradas operários demitiram-se da organização.

A direcção, apesar de tentar funcionalizar mais um camarada para dirigir esta frente de trabalho, só o conseguiu no início de 1986.

Deste ano de actividade no campo sindical a direcção retira as seguintes conclusões:

Concentrar forças no trabalho sindical, considerando-o como a segunda frente mais importante da nossa actividade. O agravamento do refluxo do movimento operário e as nossas fraquezas obrigam-nos a um grande empenhamento para dar os primeiros passos na criação da corrente sindical para vencer a subestimação que se manifestou no último ano por esta frente de trabalho.

As últimas posições da corrente sindical do PC(R) – direito de tendência para negociar lugares de direcção na CGTP, apoio ao pacto social na Lisnave, os apoios dados a Pintasilgo e Soares – mostram a sua evolução para um apêndice de esquerda da corrente revisionista. No entanto, foi justo tentarmos participar no seu 1º encontro. Alargámos os nossos contactos e permitiu-nos avançar com uma crítica de esquerda às suas posições. A direcção deveria ter combatido firmemente as tendências para nos fecharmos, que se traduziram nas resistências a ir ao encontro.

A evolução à direita desta corrente e o aparecimento de novos contactos noutras empresas abrem maior campo à nossa acção. Devemos explorar todas as possibilidades de acções comuns com sindicalistas influenciados pelo PC(R), PSR, FUP, etc.

A direcção considera que a nossa intervenção sindical se deve apoiar neste momento na edição de um jornal sindical. Devido à importância desta iniciativa, propomos a sua discussão num ponto específico.

(Relatório de FMR à 2ª Assembleia da OCPO, 1986)

LÁGRIMAS E SUSPIROS

Voz do Trabalho, nº 423-424, Março/Maio 1986. Órgão da Liga Operária Católica. Crianças dos 11 aos 14 anos estão a tomar o lugar das mães em muitas fábricas e oficinas de confecções do distrito de Braga. Recebem seis contos por mês, às vezes cinco, nalguns casos apenas 2 500\$00. Trabalham sem contrato, não têm Previdência, são obrigadas a fazer horas extras não pagas, não podem ir à casa de banho durante as horas de serviço...

Estas e outras denúncias cruas da selvajaria capitalista que vai por esse país fora, ninguém as encontra no *Avante* nem nas publicações sindicais, talvez por serem demasiado “primárias”. Mas podem ser lidas em correspondências neste jornal, que se apresenta como órgão do Movimento Operário Cristão e se declara “*ao serviço da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde haja pão para todos*”. E que fala do “*combate pelo homem trabalhador contra o sistema de exploração e suas estratégias mundiais*”.

A Igreja convertida à causa da revolução proletária? Mais devagar! O jornal da LOC denuncia as injustiças do capitalismo, não fala de luta operária. Não há nem uma única notícia de acções reivindicativas, nem uma única palavra de ordem concreta, a indicar saídas para o inferno tão vigorosamente condenado. Os direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores, escreve um colaborador, “*só se defendem lutando, no bom sentido*”. Nada de confusões!

É assim que os apelos à emancipação da classe operária acabam em poeminhas a Jesus Cristo; ataca-se a “*avareza dos grandes senhores do Capital*” com a proposta do bispo de Setúbal para “*uma melhor distribuição dos bens materiais*”, a grande arma contra a fome em Setúbal está descoberta: é o fundo de solidariedade da diocese. Emociona-se o leitor com a última mensagem de um militante político, “*assassinado pelo general Evren na Turquia*”, mas não há uma palavra para a luta concreta contra o fascismo e o imperialismo.

As denúncias de *Voz do Trabalho* são um isco para atrair operários ingénuos, sobretudo jovens, e canalizá-los, através do Amor, da compaixão e da esmola, para o reformismo e a colaboração de classes. A dinâmica real deste “*Movimento Operário Cristão*” vem expressa com toda a clareza num artigo de fundo do frade dominicano Dr. Jardim Gonçalves. Veja-se só: “*É preciso ultrapassar a linguagem fadigante da queixa primária, que acusa, mas é incapaz de rasgar caminhos*”

novos e propor soluções". "É pela competência que o militante operário e o líder sindical poderão enfrentar-se com as entidades patronais e as instâncias do governo". "É a formação que os habilita a sentarem-se à mesa das negociações". Torres Couto e Teixeira da Silva não diriam melhor.

Seria um erro subestimar a ameaça que representam para o movimento operário as actividades da LOC e da JOC. A Igreja está em crise mas defende-se bem e não abandona o terreno. Sobretudo agora, quando o desemprego, a miséria e a incerteza do futuro predis põem tantos trabalhadores a deixar-se ludibriar pelo truque do sobrenatural, do "Amor entre os homens" e da "solidariedade". A LOC e a JOC começam por agitar os sentimentos de indignação dos trabalhadores para acabar pondo-os de joelhos. É para isso que realizam seminários de formação de quadros, colóquios, inquéritos, festas. A missa é outra, a história é a mesma.

(Política Operária nº 5, Maio-Junho de 1986)

JORNADA MORTA

Feitas as contas, os chefes do PCP dão-se por satisfeitos com a “jornada de luta” de 31 de Janeiro. Em Lisboa, a participação popular, não atingindo os níveis de outros tempos, ainda deu para compor o Rossio e ao cauteloso discurso de Carvalho da Silva não faltaram as palmas. A CGTP, apesar de murchar, ainda mexe.

Como assinalava esperançosamente *O Diário* dois dias depois, a jornada demonstrou que “no dia em que as restantes forças do campo democrático lançarem a exigência de uma real alternativa democrática, encontrarão uma vasta base de apoio a uma tal alternativa”. O que significa, em termos menos diplomáticos, que Eanes e Constâncio, se se resolverem a disputar a sucessão de Cavaco Silva, poderão contar com a “vasta base de apoio” angariada pelo PCP e pela CGTP.

Tudo indica pois que a jornada de 31 de Janeiro vai ser usada para activar a guerrilha no parlamento, visando um maior desgaste do governo e a sua queda, com ou sem eleições antecipadas. Assistiremos a mais uma aplicação criadora da fórmula a que o PCP recorre infatigavelmente: “pôr em jogo a força do movimento popular no quadro das instituições”.

E no entanto, a jornada da CGTP aparece-nos como um fracasso completo, mesmo do ponto de vista estrito dos interesses mínimos imediatos do movimento operário.

Manifestação amorfa e ordeira, feita só para exhibir a base de apoio da central, ela não vai servir de motor de arranque às lutas de empresa, aos confrontos de rua — àquilo que realmente falta para mudar a miséria em que estamos.

O que mais indigna é que esta “jornada de luta” não tenha servido para fazer rebentar na rua a onda de podridão que cobre o regime.

Descobre-se que Portugal funciona como servente da CIA no Irangate; que Mário Soares andou em cambalachos com a Igreja; que o Soares Carneiro de S. Nicolau vai tomar conta de nós; que o Exército trabalha para a rede internacional do terrorismo “anti-terrorista”; que a Judiciária está minada de bandidos; que os tachos da CEE são distribuídos a ladrões — isto ao mesmo tempo que Otelos e os seus companheiros aguardam uma pesada condenação, em nome da “defesa das instituições”. Mas é como se nada disto tivesse a ver com o movimento operário.

O PCP quer empurrar o PS e o PRD para a “alternativa democrática”. Não está interessado em amotinar os trabalhadores contra o regime porque isso provocaria o retraimento de Constâncio e Eanes.

A manifestação de 31 de Janeiro contribuiu mais para sublinhar a crise do movimento sindical do que para golpear o governo.

Enquanto a alternativa à UGT amarela for uma CGTP governada por técnicos de contratação e de viabilização de empresas; enquanto a direcção dos operários estiver nas mãos de pequenos burgueses que descobrem a alegria de “ser úteis ao País” sendo úteis aos seus bolsos; enquanto o desemprego, os salários em atraso e o trabalho infantil servirem de capital ao PCP para negociar uma nova combinata de governo — a crise do movimento operário vai continuar.

Por isso, fazer irromper dentro da CGTP uma corrente sindical combativa é uma grande tarefa actual.

(Política Operária n.º 8, Janeiro-Fevereiro de 1987)

DEVERÍAMOS DECIDIR UMA VIRAGEM TOTAL?

Pensamos que não. Sem dúvida, o caminho que escolhemos tem os seus custos, e bem pesados, mas não nos devemos iludir sobre o que teria acontecido se pretendêssemos erguer um grupo político de agitação, só com o arsenal de ideias que trazíamos do PC(R).

Porque a tarefa que nos está posta não é simplesmente “reconstruir o Partido”, como se julgava em 1975, mas reconstruir todo o sistema de ideias do proletariado. Formar novos partidos reformistas pequeno-burgueses, qualquer um pode fazê-lo. Mas formar, na época actual, um partido operário para a revolução socialista não é questão que dependa apenas da vontade de um punhado de militantes. Depende acima de tudo da existência de uma corrente de ideias marxistas que sirva de alicerce do partido, aglutinador dos militantes, bússola da estratégia e da tática. E essa corrente não existe, nem em Portugal nem nos outros países.

Se nos lançássemos agora em pleno na acção diária, mandando ao diabo as preocupações teóricas, julgando assim curar as nossas doenças, dispersarmo-nos-íamos em pouco tempo porque não temos o cimento ideológico que sustenta um partido. As divergências e a confusão com que nos chocámos de cada vez que tivemos que discutir táticas sindicais, eleitorais, etc., mostram que sem um programa unificador não podemos ir a parte alguma.

Pensam alguns camaradas que esse programa já se encontra, nas suas linhas gerais, nos clássicos do marxismo e na experiência da revolução russa. É um engano. Não se pode voltar aos “bons velhos tempos” da Internacional Comunista. O movimento operário atravessa uma crise de fundo que se pode resumir nesta pergunta: como, onde, quando vai ser possível a ditadura do proletariado? A esta pergunta ninguém sabe responder. E a prática da luta, por si só, não nos levará lá.

*(Extractos do texto de FMR apresentado à 3ª Assembleia da OCPO,
7 de Novembro de 1987)*

TRABALHO OPERÁRIO

O nosso fracasso no trabalho operário não pode ser só atribuído ao facto de o modelo da *PO* não lhe estar adaptado, nem à ambição demasiada do projecto *Tribuna Operária** que não tivemos força para sustentar. Houve uma fuga ao trabalho prático de apoio à luta nas empresas, encoberta sob grandes polémicas em torno da crise do movimento e da cisão sindical, planos irrealistas de criar uma rede de ligações à escala nacional, etc. As ligações concretas de que dispúnhamos à partida e que deveriam ser o eixo do nosso esforço têm sido desprezadas e ou se perderam ou vegetam. Não houve empenhamento para acompanhar pontas operárias porque eram débeis e não se exploraram outras novas. Fomos incapazes de editar folhas de empresa.

Este nosso desprezo pelo trabalho operário não nos permitiu beliscar sequer a direcção do PCP sobre o movimento; não “roubámos” influência ao PC(R), apesar da sua crise; e tem permitido aos grupos trotskistas manterem e até ampliarem ligações de empresa que devíamos ter ganho para nós. (...)

Para este mau trabalho colectivo, contribuiu a quebra de LII, que ficou desorientado e amolecido perante o falhanço da *Tribuna Operária* e não tem correspondido aos seus compromissos como funcionário da organização. LII e Zcc, que também tinham um papel importante a desempenhar nesta frente, reduziram cada vez mais a sua intervenção e LII aparece mesmo a desvincular-se de responsabilidades organizativas.

O relançamento do nosso trabalho operário tem que partir de uma ruptura com os falsos problemas de orientação que têm servido de cortina para a inacção. Opções como a criação de uma corrente sindical só poderão ser discutidas seriamente se erguermos primeiro uma rede de ligações, sem pretensões grandiosas, e começarmos a

* *Tribuna Operária*, jornal sindical da OCPO. A recuperação do título do jornal da corrente sindical de classe do PC(R) visava reforçar a ideia de retomar o trabalho junto do operariado iniciado naquele partido, e depois abandonada, de implantação da OCPO no proletariado, de o dotar de independência política face às outras classes e do o subtrair à influência da pequena burguesia de esquerda, reformista.

intervir em pequena escala em lutas de empresa, na luta contra o pacote laboral, acções contra o desemprego, etc. Só neste trabalho prático surgirão elementos para saber por onde avançar.

Algumas directivas imediatas:

- o esforço central de Lll tem que estar na sua própria zona. Fazer um trabalho diário com as ligações, procurar alargá-las, tentar furar sobretudo na Sorefame. Prever a convocação de uma reunião para discutir a luta contra o pacote, a crise do PCP, a Perestroika;
- levar a discussão que aqui estamos a ter aos camaradas do Porto, ver como poderemos apoiar o seu trabalho na CT e que outras pontas podem furar;
- discutir com o grupo de CCC uma colaboração mais estreita, retomando o trabalho conjunto que foi interrompido depois do falhanço da Tribuna Operária;
- insistir nos esforços que têm sido feitos em Almada para pôr a funcionar uma célula operária;
- reunir com outros camaradas de Lisboa, para acompanhar as suas empresas;
- ir regularmente a Sss, ver a possibilidade de Bbb fazer alguns contactos na província;
- procurar ter camaradas presentes na reunião prevista com Ltt e expormos as nossas opiniões sobre o caminho da organização da classe operária.

(Extractos do Informe à Assembleia da OCPO de 1 de Julho de 1988)

O MARXISMO, TEMOS QUE SER NÓS A FAZÊ-LO

Começámos a existir como grupo comunista precisamente numa altura em que a cotação das ideias comunistas chegou ao seu ponto mais baixo. Vivemos numa época em que apodrecem os destroços da primeira vaga da revolução proletária mundial, cercada, deformada e por fim digerida pelo imperialismo. O mundo nunca tinha conhecido um meio século tão revolucionário como o que mediou entre 1917 e a revolução cultural chinesa, mas o motor foi sendo asfixiado e acabou por parar. A *perestroika* é o miserável epitáfio desse avanço tumultuoso que chegou a agrupar um quarto da humanidade fora da ditadura do capital.

Agora, o ritmo da política mundial não é marcado pelas insurreições e guerras populares mas pelas disputas, partilhas e crises dos centros financeiros que recuperam o controle total do planeta. A burguesia, eufórica, decreta o fim das “utopias colectivistas”, do marxismo e da própria classe operária... A contra-revolução reina incontestada e a pequena burguesia adapta-se-lhe servilmente. As revoluções nacionais faliram em todos os sentidos da palavra. Mesmo o movimento operário e sindical está registado como propriedade da burguesia, sob patente social-democrata ou “comunista”.

É um recuo brutal, que não estava previsto em nenhum livro mas que temos que medir cruamente, sem disfarces nem embelezamentos, se quisermos continuar a ser marxistas.

Já sabemos que a crise do sistema se aprofunda, que não há massacres fascistas ou inovações tecnológicas que possam deter a luta de classes, que a ditadura da burguesia não é eterna e que, duma ou de outra forma, será derrubada. Mas a verdade é que hoje as lutas dos explorados têm pela frente um mar de interrogações e por isso marcam passo.

Muitos camaradas perguntam desnorteados como foi possível sumirem-se na voragem do revisionismo os exércitos de milhões de comunistas que, há décadas atrás davam combate à burguesia e ao reformismo. Julgam que a situação mudará se conseguirmos inspirar uma nova geração no velho espírito revolucionário. Tudo se reduziria a um problema de educação.

Quanto a nós, este é um raciocínio idealista, que vê as coisas de pernas para o ar, como se as vagas da revolução fossem construídas pela soma dos militantes. São pelo contrário as vagas revolucionárias de classe, conforme ascendem ou refluem, que multiplicam ou esva-
ziam as fileiras comunistas.

A solução para a crise actual só pode ser encontrada em novas respostas marxistas para o caminho da revolução, que façam frutificar as lutas de massas e produzam novos contingentes de comunistas. Devemos por isso preocupar-nos acima de tudo em que as nossas ideias abarquem as contradições do mundo actual, nesta época do capitalismo apodrecido e agonizante que resiste desesperadamente. Dizer que só o marxismo nos salvará não é uma frase retórica.

A tarefa que este intervalo entre duas vagas revolucionárias coloca aos comunistas é clara: criticar o ciclo que se encerrou para forjar uma política à altura do novo ciclo que se está a formar.

O período que vivemos desde 1917 foi como que um ensaio geral, poderoso mas imaturo, da revolução proletária mundial. Conhecer as razões de classe que o levaram a sucumbir face ao imperialismo é já o começo de futuros.

Foi este o nosso ponto de partida. E, desde logo, virámos costas ao caminho fácil que se nos abria e que era o de, em nome da “rejeição de conceitos envelhecidos”, aderirmos às correntes “antidogmáticas” em voga: anti-stalinistas de direita, luxemburguistas, trotskistas, “alternativos” (pacifistas, ecologistas, descobridores dos “espaços de poder”)... — um marxismo de trazer por casa, a luta de classes transformada pelos óculos deformantes da pequena burguesia num entretenimento inofensivo.

Do mesmo modo, não nos deixámos seduzir pela ideia simples de que a vacina contra o reformismo esteja no ultra-esquerdismo. Os anarco-comunistas, que aparecem a oferecer a cura do oportunismo pela separação entre a vanguarda e a massa; a crítica do pacifismo pelas “acções de combate”; a ruptura com o nacionalismo pela concepção do partido comunista como uma seita internacional; a “fidelidade” ao marxismo pela renegação, declarada ou implícita, do leninismo — propõem na realidade uma retirada purista da luta de classes.

Nem por um momento confundimos crítica comunista com “renovações” que se limitam a lançar de novo em circulação, sob vestes modernas, velhas inépcias social-democratas e anarquistas, saudadas com tanto maior alvoroço pela burguesia quanto melhor descartam a questão central do mundo moderno: o caminho para a ditadura do proletariado.

A crítica em que nos lançámos é para nós uma arma para reactivar o poder revolucionário do marxismo, para nos identificarmos melhor com os interesses da classe operária. Dai o carimbo de “conservadores stalinistas” que alguns nos põem e que não levamos a mal: o termo é inadequado mas pretende exprimir a nossa recusa a aproveitar a crise para passar para “o lado de cá” — é verdade.

Subsiste um problema: não será que corremos o risco de nos deixarmos absorver pelo exame do passado, tornando-nos num pequeno bando de “historicistas”? Há quem ache que a *PO* se tem voltado demasiado para o passado e que deveria preocupar-se mais com o futuro. Simplesmente, é impossível falar com alguma seriedade do futuro enquanto não ajustarmos contas com o passado, enquanto não o entendermos. E isto também é uma condição de fidelidade ao marxismo.

Em nossa opinião, não dissemos até agora demais mas de menos sobre o balanço da revolução russa, da revolução chinesa, da Internacional Comunista, do PCP, etc. Porque é só captando os traços essenciais das grandes revoluções e do seu afundamento, do movimento operário nacional e internacional no século XX, que poderemos, a partir daí, reaprender o que significa hoje partido comunista, hegemonia do proletariado e política de alianças, educação revolucionária da classe e das massas, imperialismo e internacionalismo, conquista do poder, ditadura do proletariado, transformação socialista, comunismo — palavras que soam hoje para muitos esvaziadas do seu conteúdo porque são desligadas da época que as gerou.

É verdade, porém, que com as noções que já adquirimos sobre o passado, poderíamos ter sido mais audaciosos a falar do presente e do futuro, sobretudo no que se refere ao nosso país. Há ainda no nosso marxismo um certo tom livresco, mostramos dificuldade em nos enquadrarmos na realidade actual, e isto devido ao receio de pormos à prova as nossas ideias num programa comunista. Mas só quando este trabalho for feito passaremos dos actuais tateamentos para o mar alto duma verdadeira actividade comunista.

Sem plano de trabalho não há trabalho. Isto sobretudo tem que ser repetido, quando a pressão geral vai no sentido de mandar ao diabo a teoria e de “aprender a nadar nadando”. Na situação actual seria afogamento certo, isto é, a queda no reformismo.

O desafio que nos está posto é o de saber se manteremos a lucidez e os nervos sólidos para persistir no estudo vivo do marxismo, apesar das nossas limitações e no meio da indiferença geral, como espinha dorsal da nossa edificação. Para já, temos que reconhecer que

o impulso inicial de investigação e debate marxista na *PO* tem vindo a afrouxar.

Não se podem traçar metas a atingir em matéria de ideologia. O que podemos é criar, a partir desta assembleia, mais condições de estudo e debate, reforçar a composição e a vida ideológica do comité de redacção, e não permitirmos que o lado de agitação política da revista (absolutamente indispensável para ganharmos uma base de sustentação na classe operária) se torne dominante.

Com o objectivo de revitalizar o trabalho ideológico, apresentamos uma proposta: um debate de Verão que sistematize os progressos feitos e as direcções prioritárias para o futuro; uma sessão pública em polémica com os “coveiros” do marxismo; e a edição em livro duma selecção de artigos da *PO* sobre questões ideológicas centrais.

A NOVA INTERNACIONAL COMUNISTA COMEÇA AGORA

Da tentativa de reorganização do movimento comunista internacional lançada há 25 anos pelos partidos comunistas da China e da Albânia, e que trouxe a maior parte de nós para a militância revolucionária, restam hoje dois pequenos movimentos internacionais de denominação marxista-leninista: o “movimento comunista internacional” dirigido pelo PTA, que abandonámos em 1984, e um movimento maoísta que defende o “marxismo-leninismo/pensamento maozedong” contra a traição do PC da China.

A nossa atitude perante estes movimentos tem sido de relativa indiferença, depois das rupturas iniciais, como se, pelo facto de os termos repudiado, tivessem desaparecido. A verdade, porém, é que, apesar da sua escassa influência, qualquer deles está articulado internacionalmente, apoia-se em tradições e experiência organizativa e dispõe de posições fortes (o primeiro com o peso do PTA, no poder e sempre a demarcar-se dos dois blocos imperialistas, ou com a inegável influência política do PC do Brasil; o segundo com o prestígio que as ideias de Mao conservam nos países dependentes e que se revela na guerrilha popular do PC do Peru - “Sendero Luminoso”). E em Portugal, embora não demos um chavo — e com razão — pela política e pela ideologia do PC(R), ele continua até hoje a estar atravessado no nosso caminho e a impedir-nos o crescimento.

Sabemos que estamos mais avançados ideologicamente do que esses “marxistas-leninistas” coxos, medimos a sua decadência inevitável, mas a verdade é que, politicamente, estamos mais atrasados do

que eles, porque ainda não conseguimos constituir-nos como corrente.

Estabelecemos laços com um conjunto de agrupamentos que romperam pela esquerda com o “maoísmo-enverismo”, mas esses laços são ainda ténues e esses grupos fazem um percurso ideológico em muitos casos mais retardado e mais atribulado do que o nosso.

O PC do Irão, que aparece como o mais forte e amadurecido em todos os aspectos, tem a desvantagem de não ter saído directamente da corrente ML e ter portanto dificuldade em conduzir um processo de reagrupamento; a sua tentativa de fazer um encontro internacional fracassou em grande confusão. Está além disso obrigado a lutar pela sobrevivência sob o terror fascista de Khomeiny, o que pode limitar durante anos a sua intervenção internacional.

O MLP/USA, pioneiro na crítica ao oportunismo e por isso escorraçado da corrente ML, parece ter-se deixado aprisionar na esperança de atrair as “forças sãs” dessa corrente (PCs da Nicarágua, Colômbia, etc.), o que o levou a estancar a sua evolução ideológica a partir de certa altura e o torna vacilante quanto a lançar o desafio aberto para uma nova corrente comunista.

Dos outros grupos não podemos esperar, de momento, iniciativas nesse sentido. É forçoso, assim, perguntar o que tem feito a OCPO, mesmo tendo em conta a sua pequenez, para impulsionar a formação da nova corrente comunista internacional.

Julgamos que tem havido receio em nos lançarmos numa disputa aberta por um espaço político, depois dos primeiros desaires e perante a desproporção entre as nossas forças e as do PC(R). Conservámos, na revista e em toda a nossa actividade, uma excessiva prudência e modéstia, quase o anonimato, como há tempo observava um camarada.

É altura de reconhecer que esse retraimento tem provocado o atraso da nossa consolidação, no plano nacional e internacional. Há que atacar com mais firmeza a corrente donde proviemos, porque uma nova corrente comunista não cristalizará enquanto não for levado até ao fim o corte teórico e prático com a sua origem. Se faltar a crítica ao que fica para trás, falta o motor para avançar. O entorpecimento em que patina a nossa corrente é fruto, antes de mais, da timidez no combate ao “maoísmo-enverismo”. E essa timidez deriva de ainda não nos assumirmos por inteiro como representantes duma nova corrente comunista internacional, disposta a triunfar.

Desde o nosso início, em 1984, tivemos a saudável preocupação de não nos deixarmos envolver nas conhecidas guerras de seitas, que

se excomungam mutuamente, e se afastam cada vez mais do movimento operário. Também nunca levámos a sério a receita mágica das “Internacionais” de pequenos grupos, em que os trotskistas são mestres e que hoje proliferam por esse mundo, com os seus programas mundiais e as suas revistas internacionais; podem dar uma ilusão de força e ajudar a impressionar os ingénuos mas matam toda a hipótese de formação de autênticos partidos comunistas, capazes de aprender no seu próprio movimento operário e de se tornar responsáveis perante ele.

Mas esta atitude, que é positiva, tem servido de justificação para não nos lançarmos a transformar as nossas aquisições ideológicas numa corrente política e dar-lhe expressão internacional. E não será que o conjunto de conclusões a que já chegámos — sobre a revolução russa, sobre Staline e Bukarine, sobre o 7º Congresso da IC, sobre Mao e a revolução cultural chinesa, sobre o centrismo da corrente ML, sobre a falência e a traição das burguesias nacionais “revolucionárias”, sobre a relação entre as duas superpotências, sobre a crise do capitalismo de Estado na URSS e a “liberalização” na Europa de Leste, sobre a degeneração do PCP, contra as concepções “monolíticas” e social-democratas de partido, etc., etc. — dá já os contornos duma nova corrente comunista internacional?

É inevitável que, para muitos, apareçamos como mais uma seita de fanáticos iluminados. Mas nós não temos o direito de nos comportarmos como se as nossas ideias não tivessem qualquer valor. Temos a obrigação de assumir a coerência marxista do nosso percurso e de lutar pela sua transformação numa corrente comunista capaz de crescer e de tomar a vanguarda da luta operária pela revolução.

Propomos por isso que esta assembleia subscreva uma mensagem aos partidos e grupos com quem mantemos ligações, para a activação do trabalho ideológico conjunto, e que se encarregue a Direcção de preparar um arranque nos nossos contactos internacionais, tomando como ponto de partida para os debates a edição em inglês e francês da nossa plataforma sobre o movimento comunista internacional.

IMPLANTAÇÃO OPERÁRIA NÃO CAI DO CÉU

No estatuto editorial da nossa revista, dissemos que “*a principal forma de acção política da PO consistirá na formação de dirigentes do movimento operário*”. É forçoso reconhecer que até agora não avançámos nessa direcção.

Nos primeiros tempos, o nosso estilo de funcionamento e o esforço para abordarmos temas teóricos na *PO* provocou o afastamento de alguns contactos operários. Com a *Tribuna Operária*, tentámos recuperar esses camaradas e ligá-los à organização mas também esse projecto teve que ser abandonado devido às nossas dificuldades. Concentramos agora forças nesta nova série da *PO* que ainda não deu o impulso desejado de uma maior ligação às fábricas.

Para esta situação contribuem decisivamente duas questões fundamentais: primeiro, a crise do movimento operário acentua-se; e segundo, o nosso trabalho operário está estagnado e com sérias dificuldades para romper.

A ofensiva capitalista está a pôr a classe de rastos. A reconversão e a modernização das empresas provocaram pesadas derrotas nos principais centros operários, com a ajuda da política de recuos e capitulações do reformismo.

Neste quadro, são cada vez maiores as dificuldades para rompermos nas fábricas. Há orlas nossas que desmobilizaram completamente e, à excepção do Porto, não conseguimos até agora pôr outros núcleos operários a funcionar.

O agravamento da crise interna do PCP em torno do último congresso, a forte redução das suas fileiras, e nomeadamente das células de empresa, o ambiente podre de oportunismo e carreirismo imperante em muitas das estruturas por ele dominadas, a sua perda de autoridade aos olhos dos operários combativos — tornaram-se factos do conhecimento geral. As nossas críticas, recebidas na altura com insultos, são hoje reconhecidas como clarividentes por muitos trabalhadores.

Do mesmo modo, a deslocação do PC(R) e da UDP para a direita, agora em vias de se concretizar numa aliança eleitoral com o PCP, têm vindo a confirmar o que há 4 anos dissemos sobre a dinâmica interna que os levaria a cair no campo reformista.

Não se pode negar que, seja qual for a crise atravessada pelo movimento operário, é hoje muito maior o espaço político para a OCPO fazer propaganda, agitar palavras de ordem, estabelecer contactos, organizar debates, levantar bandeiras que foram deixadas cair pelos falsos comunistas.

Se até agora não o fizemos, não é apenas pelas nossas dificuldades objectivas mas também por estarmos como agrupamento contaminados por uma parte do desalento capitulador, da vacilação e oportunismo que percorrem o movimento. Parece-nos necessário reconhecê-lo nesta assembleia. Aqui também, como na frente ideoló-

gica e na frente internacional, estamos a ser travados pelo receio a dar o passo que falta para nos assumirmos como grupo comunista, base dum futuro partido comunista. Mas se não o dermos, a tendência dominante será para evoluirmos para uma ou outra forma de social-democracia. Isto também deve ser dito.

Mas o nosso problema não é só de militância, é também de dificuldade em definir a orientação do trabalho. Como ganhar influência de massas através da agitação e propaganda? Como defender os interesses operários resistindo às pressões elitistas e oportunistas? Como pode sobreviver uma plataforma revolucionária sem ceder à maré reformista dominante? Para quem devemos trabalhar e com quem queremos contar? Estas são algumas das questões que enfrentamos.

As respostas a estas questões só podem ver encontradas na luta concreta para abrirmos espaço e criarmos a nossa corrente.

A nossa intervenção tem que tocar, preferencialmente, os sectores mais combativos. Tal como os capitalistas da CEE, nós também teremos que fazer grandes investimentos. Temos que investir muito mais na propaganda: difundir a *PO*, ganhar leitores operários, um a um, desenvolver uma denúncia anticapitalista sistemática.

Hoje é decisivo demonstrar, quantas vezes for preciso, que os avanços do capital se fazem à custa da maior exploração da classe operária. Só assim poderemos romper os discursos da “modernidade”, da “estabilidade”, dos “interesses superiores da nação”, mostrando os interesses em jogo.

A este “investimento a prazo” é preciso somar as acções de curto alcance — maior intervenção na luta operária e na cena política.

Não são velhas receitas, são novos desafios. Por exemplo, atrevermo-nos a lançar uma candidatura de esquerda ao Parlamento Europeu, mesmo sujeita a compromissos, é uma forma de lutar na prática contra a CEE dos monopólios, contra o FMI e a NATO, e a demagogia de todas as fracções da burguesia a esse respeito, levando pela primeira vez as nossas posições a milhões.

Também as possibilidades de agitação de massas contra a repressão contidas na SCR [Solidariedade Contra a Repressão] já ficaram bem demonstradas nas acções do ano passado, mas elas só podem ser exploradas se mais camaradas saírem do “casulo” em que estão entorpecidos e derem a sua colaboração a esta frente de trabalho.

No campo da luta operária contra a exploração, devemos procurar uma intervenção mais consistente e com objectivos definidos:

estar mais atentos para participar em todas as acções onde possamos chegar (nos processos reivindicativos deste ano e, a partir de Outubro, nas negociações para 1990), levando as lutas o mais longe possível; prepararmos, como uma tarefa importante, a formação do bloco revolucionário e o lançamento do manifesto do 1º de Maio; retomar contactos operários que continuam à nossa espera e alargá-los a diversos pontos do país, acabando com o hábito de deixarmos perder simpatizantes sem dar luta.

Trabalhando com esta perspectiva, poderemos começar a ganhar alguns operários combativos e através deles, tocar os sectores mais avançados do movimento. A meta que traçamos há 4 anos é realizável. Mas não nos cairá do céu.

*(Texto publicado no Tribuna Comunista, boletim interno da
OCPO, nº 15 de Julho de 1989)*

DUAS CARTAS AOS CAMARADAS NO ESTRANGEIRO

UMA MISÉRIA PORTUGUESA

Por aqui há uma certa agitação contra o pacote laboral do governo e está tudo em marcha para uma greve geral no dia 28, convocada pelas duas centrais, pela primeira vez unidas. Vai ser provavelmente bastante seguida mas sem combatividade, uma espécie de protesto simbólico para pressionar o Mário Soares a não assinar a lei. A situação do movimento operário continua difícil, muita demoralização e falta de confiança nas próprias forças. O PCP parece ainda mais paralisado devido às divergências internas, e assim deve continuar até ao congresso, em Dezembro. O Cunhal mais uma vez faz papel de “esquerdista” contra os renovadores e o sentimento da base operária é de acreditar nele. Uma miséria portuguesa.

(Março de 1998)

PROTESTOS HÁ, SIM, MAS DE SECTORES DA BURGUESIA

Em 21 de Março houve uma manifestação de protesto da CGTP; não chegou a mil pessoas. Um fiasco como nunca se tinha visto. Acho que já ninguém espera nada da CGTP. Quanto à UGT, além de furar as reivindicações, anda envolvida em casos mafiosos de roubos, mas as pessoas verificam que é aceite pelo poder e portanto aceitam-na! De referir apenas uma boa e longa greve do Metro, com uma unidade fora do vulgar e contrariando inclusive decisões amarelas das duas centrais. Protestos há, sim, mas de sectores da burguesia que estão a ser atropelados pela integração europeia: professores, agricultores, magistrados, pequenos industriais... Os estudantes animaram o ambiente durante umas semanas com os seus protestos contra as restrições de acesso à Universidade e o aumento das propinas, mas é sol de pouca dura. Para onde vamos? Se a recessão europeia comprometer os planos de ajuda ao capitalismo nacional, as falências das pequenas e médias empresas podem tomar um ritmo assustador, e não sei como conseguirá o poder reintegrar toda a gente que está a ser mandada para a rua: têxteis, calçado, metalurgia, etc. Por enquanto o desemprego ainda não assusta.

(Abril de 1992)

AINDA HÁ LUGAR PARA OS SINDICATOS?

João Bernardo tem sérias dúvidas de que os sindicatos sejam ainda, na época actual, um instrumento de defesa dos assalariados.

É o que anuncia no subtítulo do seu livro *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?*, Editorial Boitempo, São Paulo, 2000. E não pela falta de ética dos seus líderes: *“Os dirigentes sindicais podem manter os trabalhadores regularmente informados de uma boa parte das decisões tomadas nas reuniões de direcção e podem não levar no bolso o dinheiro da tesouraria, mas não é por isso que se altera a estrutura burocrática dos sindicatos e que o seu funcionamento deixa de ser autoritário e centralizado.”*

O mais curioso é que estas ideias, transmitiu-as o autor a milhares de activistas da CUT brasileira em palestras, cursos e seminários ao longo dos últimos anos. Algo verdadeiramente impensável no nosso meio sindical...

A burocracia operária, tal é para Bernardo a chave para entender as derrotas do movimento neste último século.

“Todos os fracassos do movimento operário, sem excepção, resultam... de ele ter repetidamente permitido que as burocracias geradas no seu interior se convertessem numa verdadeira classe exploradora”. Porque *“a dialéctica social do capitalismo consiste na possibilidade de reforçar os mecanismos da exploração com elementos gerados no interior do próprio processo de luta contra a exploração”.*

Para ajudar a entender a ditadura da burguesia de forma mais profunda e real, Bernardo introduz o conceito de Estado amplo. Este vai muito além do mero aparelho estatal (o “Estado restrito”), já que os patrões e gestores desfrutam, dentro das suas empresas, de autênticos poderes legislativos, executivos e judiciais.

“O governo, o parlamento e os tribunais reconhecem aos proprietários privados e aos gestores uma enorme latitude na administração, na condução e na punição da força de trabalho, ou seja, reconhecem-lhes uma verdadeira soberania”.

E como o desenvolvimento do capitalismo reforça continuamente esta soberania paralela, estreita-se mais e mais o campo de manobra dos dirigentes sindicais, que tradicionalmente se apoiavam nas instituições estatais para conter a voracidade dos capitalistas. Ao

mesmo tempo que a aliança com os governos já não lhes garante força política, grande parte das empresas já não está interessada no aparelho sindical enquanto regulador do mercado de trabalho. Resultado: os filiados debandam e as quotizações sindicais entram em queda. Daqui a tendência irreprimível dos burocratas sindicais para se tornarem eles próprios gestores capitalistas, através de participações em empresas, manipulação dos fundos de pensões, gestão de cursos de formação profissional pagos pelo Estado, etc.

Bernardo aborda depois a nova situação mundial para destacar o seu traço mais marcante: enquanto a classe capitalista aumentou a sua coesão à escala internacional, os assalariados continuam fragmentados por categorias e fronteiras. *“Actualmente temos os capitalistas internacionalizados e os trabalhadores repartidos por nações”*, situação inversa da do começo do século, quando os capitalistas estavam agudamente divididos e o operariado atingira um elevado grau de homogeneidade social e cultural – o que ajuda a compreender a vaga revolucionária europeia de 1916-21. É esta fragmentação do mundo do trabalho que torna tão importante a luta contra o racismo. Bernardo critica com razão os meios sindicais que, *“mesmo quando abordam a questão do racismo insistem em considerá-lo exteriormente aos conflitos do trabalho e em remetê-lo para o plano da cidadania, como se ele dissesse respeito a todas as camadas sociais, quando o racismo é hoje precisamente a questão central da solidariedade na classe trabalhadora”*. Um alerta que deveria ser tomado em conta também pela esquerda no nosso país...

Finalmente, haverá uma alternativa para os sindicatos? Bernardo admite que possam vir a renovar-se como órgãos de luta anticapitalista, mas só se um surto generalizado de lutas dos trabalhadores derrubar a burocracia sindical. Outra hipótese é que o recomeço da ofensiva operária destrua ou relegue os sindicatos a um plano secundário e que uma estrutura democrática e basista – as comissões de trabalhadores – venha a substituí-los, como já tem acontecido em diversos países, em situações de profunda crise social.

Muitas observações de passagem enriquecem este trabalho. Como as que interpretam a sociedade soviética e a sua degeneração, tema a que o autor retorna em todas as suas obras.

Pode-se discordar, naturalmente, de diversos pontos de vista do autor. Suscita-nos dúvida, por exemplo, a tese de que a introdução acelerada de novas tecnologias não implica uma tendência inelutável para o aumento do desemprego. Ou a afirmação de que os meios dirigentes da UE procuram impedir a internacionalização das buro-

cracias sindicais no espaço europeu, quando é o contrário que parece acontecer. Sente-se, sobretudo, a falta de questionamento do papel da pequena burguesia na subjugação do proletariado, o que cinge demasiado a análise ao fenómeno burocrático. Mas as explorações de João Bernardo sobre o mundo da luta de classes são sempre estimulantes porque reavivam a consciência das contradições fundamentais e da via para lhes procurar solução.

(Política Operária nº 76, Setembro-Outubro de 2000)

QUEM DIRIGE A QUEM?

O amigo F reclama o apoio eleitoral ao PCP porque acredita que *“só com o PCP no governo podemos esperar um crescimento significativo das lutas populares.”* E dá como exemplo os governos de Vasco Gonçalves, que teriam propiciado o auge da luta popular em 1975. Isto obriga-me a repetir o que escrevi no artigo anterior (PO nº 108): se olharmos para os factos temos que reconhecer que o processo é o inverso. O gonzalvismo fez reformas no interesse do povo porque as massas o empurraram e sustentaram no poder com a exigência de que realizasse as suas reivindicações. Apoiando (e contendo simultaneamente) as lutas populares, o gonzalvismo foi uma tradução imperfeita e transitória do caudal do movimento de massas, não o seu criador. Hoje, quando estamos claramente nos antípodas da agitação social que se viveu em 1974-75, não há qualquer perspectiva de se repetir um fenómeno semelhante: as massas não têm força nem convicção para elevar o PCP ou o BE, ou ambos, ao governo; e a burguesia não precisa deles lá; só a estorvariam. Parece-me evidente que o amigo F, ofuscado pelo aparente protagonismo das instituições, vê de pernas para o ar a relação entre movimento de massas e governos em período de crise revolucionária.

Outro erro de apreciação do amigo F é, em minha opinião, a sua visão idealizada da oposição que PCP e BE fazem ao poder actual. Esses partidos opõem-se à ofensiva antipopular em curso, às guerras imperialistas, etc., mas, não sendo empurrados por um vigoroso movimento de massas, mantêm a sua oposição nos limites do jogo parlamentar, do aceitável para o sistema, do sonho de deslocar o PS ou uma parte dele para a esquerda. Estão amarrados por mil laços às instituições e, como escreveu uma vez Engels, *“à força de mentirem ao povo, acabam por acreditar nas suas próprias mentiras”*.

Ainda mais quando a presente avalanche do capital em busca de soluções para a sua crise torna o sistema de poder burguês muito mais totalitário e enquadra mais rigidamente a esquerda parlamentar no aparelho de Estado. Assim como a social-democracia teve de evoluir para a direita para ser admitida na governação, também o reformismo do PCP e do BE se vai tornando mais domesticado e integrado no sistema. Quando o amigo F escreve que *“teoricamente, se o PCP e o BE obtiverem um dia a maioria dos deputados no parlamento”* poderão adoptar *“as primeiras medidas da ditadura do proletariado”* (!)

reflecte uma incompreensão profunda da natureza social desses partidos e da situação que vivemos.

Não creio por isso que a nossa abstenção seja, nas condições presentes, “fazer o jogo da direita e perder qualquer credibilidade aos olhos da vanguarda operária”. Primeiro, porque a luta eleitoral entre a esquerda e a direita do regime ilude, não clarifica, as alternativas que se colocam às massas. E, segundo, porque não me parece que se possam considerar “de vanguarda” as tais dezenas de milhares de operários que votam no PCP e no BE. Constituem uma massa popular derrotada e em busca de protecção, que só pela intervenção de uma força exterior poderá deslocar-se de facto para posições de vanguarda.

COMEÇAR PELO COMEÇO

O amigo F incorre, a meu ver, num erro muito comum no que resta da nossa esquerda revolucionária. Esses camaradas discutem com toda a seriedade a linha táctica correcta que os comunistas deveriam aplicar, como se estes já existissem como força política real. Esquecem — o que é verdadeiramente extraordinário — que não existe, nem sequer em esboço, um campo proletário revolucionário no nosso país. Esquecem que os comunistas dos diversos países, entre os quais nos contamos, ainda estão a procurar reformular um programa e uma linha política no meio dos escombros deixados pela agonia do movimento do século XX.

Em vez de olhar de frente o grande recomeço que nos é imposto pelas transformações da luta de classes mundial, esses camaradas caem numa busca ansiosa de fórmulas tácticas que, como por milagre, nos devolvessem a influência passada. Isso não existe. Nada pode substituir a reconstituição do comunismo revolucionário e este só renascerá de uma real vanguarda proletária desejosa de ajustar contas com a burguesia, animada por um projecto de tomada do poder. Nada pode substituir o trabalho directo dos comunistas entre as massas exploradas, pelas suas reivindicações diariamente desprezadas.

E aqui chego ao último ponto desta nota. Atribuir aos comunistas, nesta situação caótica, capacidade para tirar proveito de manobras eleitorais é sonhar acordado. Se forças de esquerda, sem programa, sem intervenção política, sem implantação, apelarem ao voto no PCP ou no BE, tornar-se-ão, por muito que não o queiram, simples satélites desses partidos. A ânsia de inverter a relação de forças pelo recurso

ao apoio aos reformistas, sem se dispor de forças próprias, conduz em linha recta à capitulação perante o reformismo — eu sei que para o amigo F este é mais um palavrão “estereotipado”, mas depois de tanta experiência desastrosa não posso dispensá-lo.

(Política Operária n^o 110, Maio-Junho 2007)